



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NORILDE JOSÉ DA SILVA

**DO PAN-AFRICANISMO AO REGIONALISMO:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES AFRICANAS
NO FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

NORILDE JOSÉ DA SILVA

**DO PAN-AFRICANISMO AO REGIONALISMO:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES AFRICANAS
NO FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA**

Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S581d

Silva, Norilde José da.

Do pan-africanismo ao regionalismo : contribuições e desafios das instituições africanas no fortalecimento da política externa / Norilde José da Silva. - 2025.
44 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. Pan-africanismo. 2. Regionalismo. 3. África – Relações exteriores. I. União Africana. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.96

NORILDE JOSÉ DA SILVA

**DO PAN-AFRICANISMO AO REGIONALISMO:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES AFRICANAS
NO FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA**

Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Aprovado em: 05/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientadora)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

AGRADECIMENTOS

A minha primeira palavra de gratidão é dirigida à Deus, pelo dom da vida, e ser a mão invisível que me sustenta e acompanha em todos os momentos da minha vida.

Agradeço ao meu pai, José da Silva, que desde a minha infância até a vida universitária nunca deixou de investir no meu caminho e no meu futuro. Ao longo desta caminhada, vivi conquistas, desafios e também dores profundas e a maior delas foi a perda da minha mãe, Lúcia Indi, durante este processo. Atravessar a universidade carregando essa ausência foi um dos maiores testes da minha vida. Ainda assim, sigo honrando sua memória, seu amor e os sonhos que ela depositou em mim. Este trabalho também é para ela, que sempre acreditou no meu futuro.

E é com o coração profundamente emocionado que afirmo: este trabalho é dedicado aos meus irmãos, Ludivino José da Silva e Rayan José da Silva. Sempre que pensei em desistir, sempre que o cansaço venceu minhas forças, foi neles que encontrei razão para continuar. São eles que me lembram quem eu sou, de onde vim e para onde ainda posso ir. Dedico este trabalho aos dois, porque tudo que faço, faço também por vocês.

Agradeço a minha orientadora, professora doutora Cinthia Regina Campos, cuja paciência, dedicação e confiança foram fundamentais para que este trabalho ganhasse forma. Obrigado por ter acreditado em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidei de mim mesmo. Sua orientação iluminou este percurso e deixou marcas que levarei para sempre.

Sou igualmente grato à minha prima Aminata Arcadia Vaz Jaite, que me acolheu quando cheguei ao Brasil, assim como à Manuela Pereira, Sene Injai e Felisberto Bacurim (in memoriam), que fizeram parte desse primeiro lar longe da Guiné-Bissau. A perda de Felisberto também marcou este percurso, e sua memória permanece viva na minha gratidão.

Às pessoas que compartilharam moradia comigo e dividiram comigo os dias difíceis, os risos, as refeições e os silêncios, Ianice Malak e Zinha Nhaga Indami, deixo meu agradecimento pela convivência e pelas pequenas coisas que fizeram este caminho mais leve.

Aos meus amigos e amigas especiais, que me abraçaram mesmo quando eu estava longe da minha família:

Enimesia Eduarda da Costa, Juraima Gomes Fernandes Cá, Maria Josefa Fernando Lopes, Ndei Djata, Fendá Mané, Silvio Sousa Robalo, Silvio Malu da Silva França, Fatumata Binta Baldé, Nontchenatch Ferreira Caribe, Gerson Sanca, Moacir Armando Soares da Gama, Domiciano Oliveira, Policarpo Caomique, Besna Mané, Veronica Cristina Alves, Cornélia Mendes, Jessica Correia, Anta Embaló e Umo Baldé.

Obrigado pelas conversas, pelas risadas, pelos conselhos e por não me deixarem cair quando a saudade apertava.

Àqueles que se tornaram verdadeiramente minha família no Brasil, Eduardo Boni Nanque, Jacque Almeida Ié, Alassana Dem e Dauda Uali, deixo minha eterna gratidão. Vocês estiveram comigo em momentos em que eu mais precisei, oferecendo acolhimento, força e humanidade. Obrigado por me fazerem sentir em casa mesmo tão longe.

Aos familiares que estenderam a mão neste processo, minha madrinha Edneusa da Silva Tavares, meu tio Januário Indi e a minha tia Lucinda da Silva, muito obrigado por não deixarem que eu me sentisse sozinho, mesmo à distância.

Agradeço também ao meu companheiro, João Cristóvão da Silva Mussoque, pela paciência, pelo carinho e por caminhar ao meu lado mesmo quando o percurso ficou difícil. Sua presença foi um amparo, e seu apoio fez parte importante desta conquista.

E por fim, deixo registrado meu profundo reconhecimento à UNILAB, ao Governo Federal do Brasil e ao povo brasileiro, especialmente da cidade que me acolheu, por abrirem as portas para que eu pudesse estudar, crescer e me reconstruir longe da minha terra natal.

A todas essas pessoas, ofereço não apenas a minha gratidão, mas também parte de mim, porque cada uma delas ajudou a me manter de pé quando o mundo parecia desabar. Este trabalho é a soma de tudo que recebi, de todas as mãos que me apoiaram, e de todo o amor que me sustentou até aqui.

RESUMO

O presente trabalho intitulado “**Do Pan-Africanismo ao Regionalismo: Contribuições e Desafios das Instituições Africana no Fortalecimento da Política Externa**” analisa como o pan-africanismo e o regionalismo contribuíram para o fortalecimento e a autonomia da política externa africana, considerando tanto suas dimensões históricas quanto seus desdobramentos institucionais contemporâneos. Partindo da gênese de lutas pan-africanistas no século XIX e XX, o estudo destaca como esse movimento político-intelectual forneceu bases ideológicas para a afirmação da soberania africana, inspirando processos de independência, formulações de identidade continental e projetos de integração. Em seguida, analisa-se o papel do regionalismo africano e das instituições criadas pela OUA e UA, enfatizando sua capacidade de articular agendas comuns, mediar conflitos e consolidar mecanismos de cooperação política. Na dimensão econômica, analisa-se o papel do Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Africano de Desenvolvimento e a Área de Livre Comércio Continental Africana, entendidos como instrumentos fundamentais de promoção da integração produtiva, da redução da dependência externa e do avanço da autonomia estratégica. Conclui-se que, embora persistam desafios estruturais como desigualdades internas, limitações financeiras e influências externas, as lutas pan-africanistas e regionalismo constituem fundamentos essenciais para o amadurecimento da política externa africana, mostrando avanços significativos na busca pela soberania e pela reconfiguração da posição do continente no sistema internacional.

Palavras-chave: pan-africanismo; regionalismo; África – relações exteriores; União Africana.

ABSTRACT

This paper, entitled “From Pan-Africanism to Regionalism: Contributions and Challenges of African Institutions in Strengthening Foreign Policy, ” analyzes how Pan-Africanism and regionalism have contributed to the strengthening and autonomy of African foreign policy, considering both their historical dimensions and their contemporary institutional developments. Starting from the genesis of Pan-Africanist struggles in the 19th and 20th centuries, the study highlights how this political-intellectual movement provided ideological bases for the affirmation of African sovereignty, inspiring independence processes, formulations of continental identity, and integration projects. Next, it analyzes the role of African regionalism and the institutions created by the OAU and AU, emphasizing their capacity to articulate common agendas, mediate conflicts, and consolidate mechanisms of political cooperation. In the economic dimension, it analyzes the role of the African Development Bank, the African Development Fund, and the African Continental Free Trade Area, understood as fundamental instruments for promoting productive integration, reducing external dependence, and advancing strategic autonomy. It is concluded that, although structural challenges such as internal inequalities, financial limitations, and external influences persist, Pan-Africanist struggles and regionalism constitute essential foundations for the maturation of African foreign policy, showing significant progress in the pursuit of sovereignty and the reconfiguration of the continent's position in the international system.

Keywords: pan-africanism; regionalism; Africa – foreign relations; African Union.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFCFTA – Área de Livre Comércio Continental Africana
- APF – Mecanismo Africano de Apoio à Paz
- ASF – Força Africana de Prontidão
- BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
- BEI – Banco Europeu de Investimento
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CPS – Conselho de Paz e Segurança (da União Africana)
- FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FAD – Fundo Africano de Desenvolvimento
- FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
- G20 – Grupo dos Vinte
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OUA – Organização da Unidade Africana
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PIDA – Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura na África
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SIDA – Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- UA – União Africana
- UE – União Europeia
- UNECA – Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNAMID – Missão Híbrida União Africana–Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO I: O REGIONALISMO E OS SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	13
2.1	REGIONALISMO NO CENÁRIO INTERNACIONAL	14
2.2	REGIONALISMO AFRICANO E AS FERRAMENTAS INSTITUCIONAIS DA UNIÃO AFRICANA	17
3	CAPÍTULO 2: A UNIÃO AFRICANA COMO ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL	21
3.1	O PARLAMENTO PAN-AFRICANO E A GOVERNANÇA GLOBAL	23
3.2	O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA, E A DEFESA DA SOBERANIA CONTINENTAL	25
4	CAPÍTULO 3: O FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO: FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO	28
4.1	O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD): SOBERANIA FINANCEIRA E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO CONTINENTAL	31
4.2	A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO CONTINENTAL AFRICANA (AFCFTA), NO FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA ECONÔMICA AFRICANA	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O pan-africanismo surgiu no final do século XIX como uma resposta intelectual, política e social ao colonialismo europeu, e as formas de dominação que marcaram profundamente a trajetória dos povos africanos e afrodescendentes.

Lideranças como W.E.B Du Bois, Marcus Garvey e posteriormente Kwame Nkrumah, construíram uma plataforma de solidariedade e consciência coletiva que buscava afirmar a dignidade, os direitos e a autodeterminação dos povos negros, tanto no continente, quanto na diáspora. Daí o pan-africanismo passou a representar não só uma luta contra o colonialismo, mas também um projeto de unidade, integração e emancipação política, cultural e econômica.

Falar do regionalismo no continente africano, remete o ano 1963, que foi o ano da criação da Organização da Unidade africana (OUA) em Addis Abeba, posteriormente reformulada como União Africana (UA) em 2002. A UA marcou um novo capítulo na integração continental, oferecendo uma estrutura institucional capaz de promover cooperação política, resoluções de conflitos, fortalecimentos da democracia e articulação internacional. Entretanto, mesmo com esses avanços institucionais, muitos desafios estruturais continuam, principalmente no que diz respeito à autonomia da política externa africana, ainda fortemente influenciada pelo legado colonial, pelas pressões neocoloniais e pela dependência econômica externa.

Nesse contexto, pan-africanismo e regionalismo, surgiram como instrumentos fundamentais para repensar o lugar da África no sistema internacional. Suas ideias e práticas influenciaram movimentos de libertação nacional, contribuíram para consolidação de instituições regionais, e moldaram discursos de soberania e de cooperação intra-africana. Na contemporaneidade, esses movimentos também se expressam por meio da diáspora africana e de redes globais de ativismo, como no caso do Black Lives Matter, que atualiza debates sobre autonomia, justiça internacional e identidade africana. Assim, a articulação entre pan-africanismo, regionalismo e política externa torna-se essencial para poder compreender os caminhos atuais da emancipação africana.

Diante desse panorama, essa pesquisa parte da seguinte pergunta central: Quais são os mecanismos disponíveis para a autonomia da política externa africana e de que forma o regionalismo e lutas pan-africanistas têm contribuído para esse processo? Essa questão orienta a análise ao longo do trabalho, permitindo entender como os Estados africanos têm buscado fortalecer sua voz, sua presença e sua capacidade decisória no cenário internacional.

A escolha desse tema se justifica pela necessidade de aprofundar o debate sobre a política externa africana, um campo que continua pouco explorado nos estudos de Relações Internacionais, sobretudo quando se compara com análises centradas na visão eurocêntrica. Embora exista vasta literatura sobre o pan-africanismo e regionalismo, poucas pesquisas analisam como esses dois movimentos se articulam diretamente ao fortalecimento da política externa do continente. Esse estudo também se considera relevante, uma vez que os países africanos têm ampliado suas atuações em fóruns multilaterais, buscando assim novas formas de inserção internacional, ao mesmo tempo que enfrentam desafios estruturais de segurança, economia e governança. Além disso, entender essa relação é importante para reposicionar narrativas africanas dentro das Relações Internacionais, valorizando epistemologias do Sul e reconhecendo o papel da diáspora, das instituições regionais e dos movimentos históricos na formulação de políticas externas mais autônomas.

Para alcançar esses fins, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar as contribuições do regionalismo e das lutas pan-africanistas para a autonomia e o amadurecimento da política externa africana. Com objetivos específicos, procura-se:

- 1- Investigar como as bases históricas e ideológicas do pan-africanismo influenciam os processos de integração regional.
- 2- Examinar como as instituições políticas da União Africana auxiliam no fortalecimento da soberania dos Estados africanos.
- 3- Analisar de que forma as instituições econômicas e financeiras do continente, auxiliam no fortalecimento da autonomia e na redução da dependência externa.

Para a metodologia, a abordagem adotada é qualitativa, com enfoque histórico e analítico. Usou-se revisão bibliográfica e análise documental, permitindo analisar resoluções e documentos oficiais da UA. Segundo Creswell (2007), a abordagem qualitativa oferece profundidade interpretativa para entender fenômenos históricos e sociais complexos. Conforme Gil (2002), a análise documental contribui para situar empiricamente os processos, permitindo dialogar com fontes primárias e secundárias, como relatórios da UA e documentos diplomáticos.

Portanto, este trabalho visa articular o legado histórico do pan-africanismo, o papel político do regionalismo e os desafios contemporâneos da política externa africana, fatores que somados estruturam a busca pela autonomia no continente.

2 CAPÍTULO I: O REGIONALISMO E OS SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O regionalismo é um dos principais pilares de harmonização econômica e política na contemporaneidade, principalmente para países e regiões que procuram ampliar as suas autonomias diante das desigualdades no cenário internacional. No continente africano, o regionalismo está fortemente associado às ideologias pan-africanistas, com o propósito de romper os resquícios deixados pela colonização. Assim, nasceram as instituições regionais como instrumentos de articulação para possibilitar a união entre os Estados africanos, impulsionando a estabilidade política, e a limitação da dependência externa.

Para Hurrell (1995), pode-se definir o regionalismo como habilidade de junção dos Estados vizinhos com o propósito de fomentar a cooperação em diferentes áreas, como política, economia e segurança. Esse movimento pode assumir diferentes formas institucionais, desde as uniões políticas até os blocos econômicos. Nessa mesma linha de ideia, o autor ainda ressalta que o regionalismo na contemporaneidade tem múltiplas dimensões, e pode ser observado em três níveis: a regional, como método de poder e identidade; sistêmico como método de integração; e doméstico que é movido pela conjuntura interna de cada país.

Entretanto, o regionalismo pode ser entendido como um fenômeno multifacetado, que muda de acordo com as transformações políticas e econômicas.

Desde muito tempo atrás, os processos de integração regional sempre estiveram ligados à busca pelo desenvolvimento e segurança, os anos 1950 a 1960 marcaram a fase do regionalismo clássico, que é marcado pela forte presença dos Estados. Nessa época, os modelos de integração copiavam o padrão ocidental, que era a criação de mercado comum, como a da Comunidade Económica Europeia. Segundo Lafer (2000), o regionalismo também foi uma maneira de internacionalizar o desenvolvimento, dando assim a oportunidade dos países subdesenvolvidos se cooperarem entre si para diminuir as suas vulnerabilidades diante das potências internacionais. Com isso, os blocos regionais passaram a ser um espaço de concentração política e econômica, dando assim a oportunidade para os seus membros internacionalizarem, para poder fortalecer as suas capacidades de atuação na arena internacional.

No entanto, a partir do início dos anos 1990 após a Guerra Fria surgiu um novo regionalismo, que de acordo com Hettne e Soderbaum (2000), esse novo regionalismo é mais que uma integração econômica, mas por outro lado também está fortemente associada a busca pela autonomia e segurança coletiva, onde não se concentra só nas alianças estatais, mas também inclui as instituições financeiras, organizações da sociedade civil e agências

multilaterais, o que lhe faz ter uma dimensão muito mais ampla de atores. Para esses autores “o regionalismo tornou-se uma ferramenta essencial para os países do Sul Global enfrentarem a marginalização imposta pela ordem econômica internacional” (Hettne; Soderbaum, 2000, p. 462).

Diferente do regionalismo clássico que é centrado diretamente na cooperação entre os Estados, o novo regionalismo incorpora novos atores, o que lhe deixa ainda mais plural. Então, essas diferenças mostram que a integração regional não se limita só à esfera comercial, mas também engloba as dimensões sociais, políticas, culturais e de segurança.

Ainda nessa mesma linha do pensamento, o Ruiz (2012), reforça que, esse novo regionalismo deve ser compreendido como uma resposta dos países periféricos à globalização neoliberal, um esforço de recuperar a dignidade e capacidade de decidir sobre os seus próprios rumos. Nessa ocasião, a integração regional se torna um espaço de estratégia de resistência e afirmação de soberania, principalmente para países marcados pela dependência econômica e desigualdades.

No contexto africano, o regionalismo surgiu como uma ferramenta de resistência histórica, segundo o Martin (2002), o regionalismo no continente africano se deriva do pan-africanismo, porque traz a ideia da unidade africana através das organizações coletivas que propõe recuperar a soberania do continente que foi extorquida pelo colonialismo e sustentado pelo neocolonialismo. O professor Martin, ainda afirma que no contexto africano o regionalismo é mais que uma colaboração entre os Estados, é também uma técnica de emancipação coletiva. Essa diferença, dá ao regionalismo africano o papel singular dentro do sistema internacional, na qual a integração regional se torna parte do processo de reconstrução política e identitária do continente.

Portanto, no geral, o regionalismo tem suas diversas fases e dimensões, e isso mostra tanto os desafios quanto às potencialidades da cooperação internacional. Entretanto, compreender as suas bases teóricas é fundamental para analisar como regiões como a América Latina, Ásia e África mostram os fenômenos de acordo com as suas realidades históricas, culturais e políticas, no entanto, o regionalismo é essencial para autonomia, solidariedade e construção coletiva.

2.1 REGIONALISMO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Fazer uma análise do regionalismo no cenário internacional requer uma perspectiva que olhe além da cooperação econômica entre os Estados, ele deve ser entendido como uma

estruturação política e estratégica, virada a fortalecimento dos países das regiões que enfrentam desigualdades colocadas pelo sistema internacional. Essa estratégia é muito fundamental principalmente para os países do Sul Global, onde o regionalismo nasce como instrumento de confronto a exclusão histórica e dependência externa.

De forma geral, o regionalismo pode ser entendido como uma técnica de estabelecimento de estruturas de cooperação e integração entre os países da mesma região geográfica. Para Hurrell (1995), refere-se a um plano tático dos Estados que visam ampliar as suas competências de ações diante de transformações estruturais da ordem mundial. Ele ainda argumenta que o regionalismo é uma diligência tomada para estruturação de governança regional com autonomia, e com capacidade de enfrentar as imposições do sistema internacional controlado pelas grandes potências.

Essa percepção é também partilhada com os autores como o Hettne e Soderbaum (2000), que ressaltam que o regionalismo não é apenas um sistema de liberalização econômica, mas sim uma construção política e social, com uma forte perspectiva ideológica. No entanto, para eles o regionalismo pode ser tanto um instrumento de fortalecimento de soberania como também uma ferramenta de resistência às opressões externas.

No contexto latino americano, segundo o Lafer (2000), o regionalismo faz com que os países ganhem uma densidade internacional, quer dizer que os países conseguem desenvolver as suas influências globais, através das ações coletivas. Entretanto, para Ruiz (2012), ele fala da importância do regionalismo nas regiões periféricas, salientado que é muito importante na construção de possibilidades à dependência de potências mundiais. “As experiências do Sul indicam que o regionalismo não é apenas uma escolha racional, mas uma necessidade de sobrevivência e desenvolvimento diante de uma ordem internacional desigual” (Briceño-Ruiz, 2012, p. 59).

Falar do regionalismo clássico remete ao período da Segunda Guerra Mundial, na altura havia uma divisão ideológica no mundo, onde um lado era socialista e o outro era capitalista. Com isso, os blocos regionais serviam de espaço geopolítico das potências hegemônicas. No continente africano, o regionalismo clássico nasce da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) no ano 1963, em Addis Abeba, com o objetivo de ajudar na consolidação da independência dos países recém livres dos regimes coloniais. Segundo Barbosa (2016), a OUA simboliza o primeiro empenho institucional africano na consolidação da política regional no cenário internacional, trabalhando diretamente com as ideologias pan-africanistas de libertação e soberania.

Entretanto, o seu desempenho era reduzido a teorias como de respeito à soberania dos Estados sem a intervenção, o que acabou limitando suas ações de maneira mais concreta nas situações de crises internas.

As críticas feitas ao regionalismo clássico, se dá especialmente no seu enfraquecimento institucional, visto que se limitou mais nas cooperações estatais. Para Mattli (1999), percebe-se que esse regionalismo fracassou em algumas regiões, como por exemplo a África, precisamente pela falta de motivações econômicas e de um poder regional seguro.

Para Mesquita (1999), o novo regionalismo surgiu na década de 1990, é marcada pelo florescimento de instituições sub-regionais fora da Europa, como a Asean, o NAFTA e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Também o surgimento de grupos transnacionais da sociedade civil e efeitos mais intrusivos da globalização, os quais desafiavam as abordagens Estadocêntricas tradicionais sobre integração. Entretanto o regionalismo a partir dos anos 2000 é marcado também pelo fim do consenso do imediato pós-Guerra Fria, emergência de projetos alternativos e contraditórios sobre a ordem internacional, os quais são animados pela ascensão de novas potências e por fim, por uma arquitetura mais regionalizada do sistema internacional. Esse novo regionalismo é definido de uma maneira muito mais ampla que engloba abordagens como desenvolvimento sustentável, cultura, meio ambiente, direitos humanos e também segurança. Com isso, as instituições regionais passaram a trabalhar não só como ferramentas estratégicas, mas também como um lugar de construção coletiva em busca pela autonomia.

De acordo com Hurrell (2005), o novo regionalismo procura “produzir regiões mais coesas e menos vulneráveis à instabilidade global” (Hurrell, 2005, p. 137), mas Soderbaum (2004), alega que o regionalismo pós liberal engloba também os padrões normativos, como a governança e democracia, que vai além das finalidades econômicas. No caso africano, essas dimensões se materializam nas estruturas da União Africana, que integra governança democrática, paz, direitos humanos e desenvolvimento em sua agenda institucional.

Mas no caso do continente africano, segundo Assis *et al.*, (2022), o regionalismo africano surgiu como uma via criada pelos Estados africanos, através do qual procuram resolver problemas políticos e econômicos dentro da região. É importante ressaltar também que isso está fortemente atrelada a abertura do livre comércio e a resolução dos conflitos interestatais. Ainda no continente africano, depois da UA substituir a OUA ele incluiu elementos de governança muito mais contemporânea, que considerou princípios como a promoção da paz, segurança, integração econômica por fim desenvolvimento, ainda intervêm nas situações de graves crimes, como violações dos direitos humanos e genocídios.

O Mbembe (2003), ressalta que o novo regionalismo africano mostra um esforço em "restaurar a agência africana no sistema internacional, rompendo com a lógica da submissão e da dependência externa" (Mbembe, 2003, p. 218). Para ele, o regionalismo atual representa uma luta pelo reconhecimento e reorganização.

Do mesmo ponto de vista, Mazrui (1986) reitera que o regionalismo africano contemporâneo está justamente ligado à herança do pan-africanismo, mas com ferramentas institucionais mais aprimoradas. Segundo ele, "o regionalismo é uma continuidade da luta africana por soberania, agora articulada através de organizações regionais e planos de desenvolvimento próprios" (Mazrui, 1986, p. 99).

2.2 REGIONALISMO AFRICANO E AS FERRAMENTAS INSTITUCIONAIS DA UNIÃO AFRICANA

O regionalismo africano contemporâneo, institucionalizado por meio da União Africana, como já abordado anteriormente, ele mostra um esforço pela integração econômica e política entre os países africanos. Ele representa um projeto de emancipação conjunta e um posicionamento estruturado na arena internacional. No mesmo momento em que ela traz inovação nas suas estruturas e desenvolve sua participação diplomática, o regionalismo africano também depara com obstáculos estruturais que acabam reduzindo a sua autonomia e eficiência.

A mudança da Organização da Unidade Africana (OUA) criada em 1963, para União Africana (UA) em 2002, significa uma importante referência institucional na fortificação do regionalismo africano, pois a OUA focava mais na descolonização e defesa da soberania dos novos Estados livres, enquanto que a UA expande a sua atuação em mais diversas áreas, como os direitos humanos, a segurança da região, desenvolvimento econômico e governança democrática. Essa amplitude da UA foi viável através da criação de algumas ferramentas institucionais concretas que trabalham para o desenvolvimento sustentável e paz no continente. Entre as principais temos:

- a) O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), criado em 1964, com a sede situada em Costa do Marfim, sendo a principal instituição financeira do continente, para Muryatan (2016), essa instituição nasceu com o objetivo de financiar projetos na área de infraestrutura, contribuindo assim para redução de empréstimos para com as instituições de Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que na maioria das vezes acaba prejudicando os países africanos tendo em conta as

condições impostas. Pois para ele, o BAD "representa uma tentativa de romper com a lógica da dependência ao construir um modelo de financiamento centrado nas necessidades africanas" (Barbosa, 2016, p. 149).

- b) O Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), que está associado ao BAD, segundo o Chabal e Daloz (1999), essa instituição financeira regional têm dado muito suporte, financiando com juros baixos os países africanos mais vulneráveis, fazendo com que esses países se livrem das dependências de potências externas.
- c) A Zona de Livre Comércio Continental Africana (AFCFTA), que de acordo com Assis et al (2022), é um mercado interno africano criado com intuito de reduzir as trocas comerciais com o exterior, e contribuindo mais na redução de importação dos produtos fora do continente, fomentando um mercado muito mais integrado. "A AFCFTA tem potencial para romper com a dependência dos mercados europeus e asiáticos, promovendo uma integração econômica que valoriza a produção e o consumo interno africano" (Assis *et al.*, 2022, p. 43).
- d) O Conselho de Paz e Segurança da União Africana, têm operado na resolução dos conflitos, diminuindo assim as chances de interferências do Ocidente. Para o Achille (2003), a intervenção do conselho de paz e segurança da UA em alguns conflitos dentro da região, mostra um esforço importante para uma construção de uma autonomia na diplomacia regional, ajudando assim também nas decisões sobre a paz e estabilidade na região.
- e) A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), que de acordo com Mazrui (1986), é um programa de desenvolvimento criado pela UA, que procura incentivar o crescimento da economia africana, mas ele tem focado mais na área de infraestrutura e tecnologia, financiando diversos projetos.

As dinâmicas das instituições regionais africanas representam esforços importantes de construção coletiva diante dos legados históricos do colonialismo e neocolonialismo. Essas estruturas permitem o compartilhamento de agendas comuns e a tentativa de elaboração de alternativas regionais face aos desafios econômicos e políticos. Portanto, mesmo que a cooperação regional amplie os caminhos para a formulação de políticas públicas e mediação de

crises sem dependência total do Ocidente, seus efeitos práticos ainda vão permanecer limitados por conta dos fatores estruturais, como a baixa industrialização e a fraca complementaridade entre as próprias economias africanas.

No entanto, embora o fortalecimento do regionalismo representa uma estratégia relevante para a autonomia continental, mas sua consolidação vai depender muito da superação dos entraves internos e da redução da dependência das parcerias bilaterais desiguais, como as estabelecidas com antigos colonizadores e mais recentemente com potências como a China.

Com o fortalecimento do regionalismo, o continente africano pode construir a sua própria base sólida, evitando interferências externas, e criando as suas estratégias de superação, autonomia e desenvolvimento coletivo.

Uma das principais inovações da União Africana que lhe difere da antiga Organização da Unidade Africana é a progressão do princípio da não intervenção. Pois o artigo 4 do Ato Constitutivo da UA atribui o direito de intervenção dessa organização nos seus Estados membros, nas situações de guerras e violações dos direitos humanos. E isso representa uma grande referência jurídica sem progresso entre as organizações regionais do Sul Global.

De acordo com Fagbayibo (2018), ele chama de soberania relacional, uma soberania construída não somente como uma independência formal, mas também como uma responsabilidade conjunta que pauta na defesa da dignidade dos africanos. A intervenção da UA em conflitos como os da Guiné, do Sudão e do Mali, mostra a efetividade da nova abordagem normativo institucional, ainda que esteja meio limitada por falta de recursos próprios e capacidade operacional, que muitas das vezes acaba atrapalhando em certos casos, mas mesmo assim procura intervir.

Desde a sua criação, a União Africana vem esforçando sempre na unificação de vozes africanas em espaços como a Organização Mundial do Comércio (OMC), as conferências da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas (COPs), e as relações com a China e blocos da União Europeia e também G20. Para Bach (2008), essa diplomacia conjunta dedica-se em modelar regras internacionais através das reivindicações africanas, que procura quebrar com posições isoladas que historicamente foram postas ao continente. A UA tem trabalhado também na mediação de conflitos fora do continente e procura ter um protagonismo maior nas áreas como de transição energética, segurança alimentar e dívidas externas.

Independentemente dos avanços, a União Africana ainda depara com alguns desafios estruturais que acabam dificultando a consolidação da sua autonomia. Primeiramente é a dependência financeira, pois mais de 60% do orçamento da UA é financiado pelos parceiros internacionais, especialmente União Europeia, Banco Mundial e China. Segundo Lopes (2020),

é uma grande contradição, pois não tem justificativa para isso, uma organização que foi criada para garantir a autonomia e soberania africana depende dos recursos externos para o seu funcionamento. Apesar disso, existe uma superposição entre os mandatos na UA e das organizações sub-regionais como a SADC, CEDEAO e outros, o que acaba criando fragmentação institucional, e corrida pelo protagonismo. A cooperação entre essas organizações ainda continua frágil, e os interesses nacionais de alguns países africanos potentes, como Nigéria, Egito e África do Sul, nem sempre conseguem caminhar com os objetivos conjuntos da UA.

Portanto, as pressões externas nas políticas e economias africanas ainda continuam presentes, a influência de potências mundiais sobre os Estados africanos, os acordos comerciais e as dívidas externas ainda são desafios que também interrompem a plenitude da autonomia africana e a consolidação da integração regional.

Por fim, o regionalismo africano contemporâneo se forma como uma ferramenta política e institucional na construção de uma soberania conjunta mais consolidada. Sua inovação normativa, com ampliação da sua diplomacia e abertura institucional mostra um avanço muito grande. Portanto a dependência externa e as divergências internas ainda colocam em risco a consolidação desse projeto de integração. Entender todas essas contradições é importante para analisar o papel da UA não só como uma organização, mas como um emblema das pretensões africanas para uma autonomia no século XXI.

3 CAPÍTULO 2: A UNIÃO AFRICANA COMO ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

Do ponto de vista teórico, a UA pode ser compreendida à luz das abordagens institucionalistas das Relações Internacionais, que reconhece o papel das organizações internacionais na mediação de interesses, na produção de normas e na construção de agendas políticas. Contudo, como argumenta Cissé (2021), os ideários pan-africanistas apareceram em contrapartida ao modelo político hegemônico do cenário internacional. Assim, a UA se consolida como uma organização internacional, com viés contra hegemônico, herdeira direta do pensamento pan-africanista e das lutas de libertação africanas.

A partir das teorias das organizações internacionais, é possível compreender a UA como uma instituição que busca mediar interesses nacionais regionais, produzindo normas que fomentem cooperações. De acordo com Haffner e Viana (2013), a integração regional africana é uma resposta estratégica à marginalização do continente no sistema internacional. Para os autores, a UA mostra um esforço de reposicionamento da África à frente da guerra econômica global, marcada pelo crescimento de blocos regionais e pela intensificação da interdependência.

Ainda no campo das Relações Internacionais, os autores como Keohane e Nye (1989), destacam que organizações internacionais funcionam como arenas de negociação, onde os Estados podem reduzir e construir confianças mútuas. Entretanto, no caso africano essa dinâmica é atravessada pelas desigualdades históricas e estruturais que exigem abordagens críticas. A UA, portanto, não pode ser analisada apenas como cópia institucional dos modelos, europeus ou americanos, mas como uma construção política marcada pelas disputas internas e pela busca de autonomia epistemológica. Desse modo, a UA também se insere nas abordagens pós-coloniais das Relações Internacionais, que questionam as universalidades das teorias tradicionais e reivindicam a valorização dos saberes do Sul Global.

Santos (2010), observa que não tem como existir justiça social global, sem que haja um reconhecimento das diversidades epistemológicas, o que implica reconhecer que organizações como a UA, devem trabalhar a partir de racionalidades próprias, valorizando saberes locais e tradições políticas africanas.

A Agenda 2063, lançada pela UA, é um exemplo de planejamento estratégico que procura orientar o desenvolvimento continental com base nas metas africanas. Ela propõe uma África integrada, próspera e pacífica, guiada por seus cidadãos e representando uma força dinâmica no cenário internacional. Deste modo, a articulação da UA com organismos regionais africanos como, CEDEAO, SADC e EAC, fortalece a capacidade de suas ações e amplia a sua legitimidade como representante continental. Segundo o Ministério de Relações Exteriores do

Brasil, a sua busca é promover soluções africanas para os desafios enfrentados pelos países africanos, com vista a fortalecer a paz, soberania e desenvolvimento econômico.

No plano simbólico, a entrada da UA como membro permanente do G-20, em 2023, mostra um grande avanço na sua projeção internacional e na sua relevância política. Segundo Pereira (2023), ela tem buscado afirmar-se como ator internacional legítimo, principalmente por via de sua atuação em fóruns multilaterais, na intervenção nos conflitos regionais e na promoção do equilíbrio político. Essa conquista representa o amadurecimento institucional da organização e o reconhecimento de sua relevância, nas dinâmicas do sistema internacional contemporâneo.

Contudo, Nkrumah (1963) e Fanon (2020), discordaram, alegando que a unidade africana não se concretiza apenas por meios da representação formal em arenas internacionais. Ela exige a construção de uma consciência política coletiva e de estruturas autônomas de poder. Assim o funcionamento dos órgãos da união africana como Parlamento pan-africano e Conselho de paz e segurança torna-se central para compreender as dimensões práticas da soberania continental. Lopes (2020), reforça que a soberania e desenvolvimento africano dependem da mobilização de capital institucional interno. Essa observação mostra a necessidade de fortalecimento das instituições africanas política e culturalmente, abrindo espaço para a formulação de estratégias que articulem os interesses dos países membros.

A UA tem enfrentado desafios de equilibrar a diversidade política, econômica e cultural dos seus 55 Estados membros. Essa heterogeneidade do continente exige mecanismos mais flexíveis de cooperação que respeite as diferenças nacionais sem comprometer os objetivos comuns, essa tensão entre a unidade e diversidade é um dos principais problemas de integração africana.

Autores como Cruz e Silva (2005) e Cardoso (2005), salientam que a construção institucional africana deve ser acompanhada de críticas às heranças coloniais e as formas de dependência que ainda marcam as relações internacionais do continente. Desse modo, a UA representa uma oportunidade de repensar essas relações, desde que consiga se afirmar como espaço de soberania coletiva e não só como fórum diplomático.

Por fim, Diallo (2005), afirma que a nova geração de líderes africanos está consciente de que devemos assumir a responsabilidade por nosso próprio destino, elevando-nos por nossos próprios esforços. Essa observação mostra o espírito da UA como uma organização internacional africana, não só como uma instância de representação, mas sim um meio de emancipação do continente.

3.1 O PARLAMENTO PAN-AFRICANO E A GOVERNANÇA GLOBAL

O Parlamento Pan-africano, criado em 2004, é um dos órgãos mais representativos na união africana. Ele foi criado com o objetivo de promover a participação dos africanos nos processos de integração e governança continental. Previsto no artigo 17 do Ato Constitutivo da União Africana, ele foi criado para ser como um espaço de representação dos africanos, e não apenas dos Estados, mostrando um esforço de acabar com a tradição diplomática intergovernamental que marcou a Organização da Unidade Africana, fazendo jus ao ideal pan-africanista que é o fortalecimento da voz africana nos espaços de decisão e da democratização da política.

A criação do PPA está ligada diretamente à ideia de que a integração africana deve ser construída com base em legitimidade democrática e inclusão social. Como destaca Ake (1996), a democracia africana não tem que ser replicada do modelo ocidental, mas sim deve surgir a partir das realidades dos africanos. Com isso, o PPA mostra uma tentativa de construir uma instituição de raiz africana, plural e participativa. Mas, mesmo constituindo um instrumento essencial para o fortalecimento da soberania africana, facilitando o diálogo político e a união das legislações nacionais, ela enfrenta ainda assim múltiplas limitações, pois em grande parte o seu papel é consultivo, o que acaba restringindo a sua capacidade de fiscalizar os governos nacionais. Como destaca Amin (1988), a governança regional africana é marcada por desigualdade estruturais e por uma dependência financeira significativa em relação a atores externos, o que também acaba limitando a consolidação de uma agenda política verdadeiramente africana.

A literatura sobre integração regional destaca que parlamentos supranacionais são fundamentais para legitimação democrática de blocos intergovernamentais, por exemplo, no caso da União Europeia, o parlamento europeu atua como co-legislador junto ao conselho no que se tornou o Procedimento Legislativo Ordinário que anteriormente era conhecido como co-decisão. No contexto africano, essa evolução ainda está em processo. Como crítica o Adejumobi (2001), ao afirmar que o PPA precisa superar sua condição simbólica para se tornar num verdadeiro fórum legislativo. O autor critica o caráter decorativo que ainda marca o funcionamento do órgão, embora o PPA represente um avanço formal em relação a OUA que não previa mecanismos de representação popular, mas sua atuação permanece limitada à emissão de pareceres recomendações não vinculantes. Então, essa limitação acaba comprometendo sua capacidade de influência nas políticas públicas e o exercício de controle democrático sobre os demais órgãos da UA.

Portanto o que o autor propõe, é uma transformação qualitativa do PPA, para sair de um espaço simbólico e virar um centro de poder legislativo real, com fiscalizações claras. Para ele, essa mudança é importante para que o Parlamento deixe de ser apenas um reflexo das vontades estatais e se torne realmente um instrumento de soberania popular continental e capaz de articular os interesses dos africanos na sua pluralidade.

Fanon (2020) também destaca que, a verdadeira libertação política só se concretiza com a participação direta do povo nos processos decisórios, e não apenas por meios de elites burocráticas. Assim, o parlamento deve se firmar como um espaço de debate democrático e de diversidades, não de reprodução de hegemonia nacionais.

Portanto, apesar dessas dificuldades o PPA tem exercido um papel muito importante na promoção dos direitos humanos e da boa governança, principalmente, através das missões de observação eleitoral e de recomendações políticas. A longo prazo, o fortalecimento de suas prerrogativas pode consolidá-lo como um dos pilares principais da integração política africana. A integração política e institucional da África, passa necessariamente pelo fortalecimento do PPA, então isso implica abrir suas prerrogativas, e garantir sua autonomia financeira e assegurar diretamente a eleição dos seus membros indicados pelos parlamentos nacionais.

A Agenda 2063 da UA reconhece o papel estratégico do PPA na construção de uma África unida e democrática, um dos seus objetivos é transformar o Parlamento em um órgão com poderes legislativos plenos e capaz de aprovar leis nas áreas como de direitos humanos, segurança, comércio e outros, no entanto essa mudança depende da vontade política dos Estados membros e da pressão da sociedade civil africana.

Entretanto, a governança regional africana também deve ser analisada a partir das teorias críticas da integração. Para Mbembe (2018), a construção de instituições africanas exige um espaço muito mais aberto e plural, com isso o PPA pode se fortalecer com diálogos com os movimentos sociais, os saberes tradicionais e universidades. Entretanto, com isso podemos ver que embora o PPA tenha sido criado para aproximar a UA dos cidadãos africanos, sua atuação ainda é pouco conhecida e pouco acessível à maioria da população.

Isso reforça a necessidade de políticas de comunicação institucional, educação cívica e engajamento comunitário, pois como afirmam alguns autores aqui no texto, a integração africana só será efetiva se for junto com de processos de conscientização política e mobilização social.

Portanto, é fundamental reforçar que com o Parlamento mais ativo, representativo e autônomo, a UA vai deixar de ser só uma organização dos chefes de Estado, mas sim tornar

num verdadeiro espaço da união de povos. Como sempre dizia o Amílcar Cabral, a libertação nacional é um processo contínuo de construção política.

3.2 O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA, E A DEFESA DA SOBERANIA CONTINENTAL

O Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA, foi criado em 2002, e só entrou em vigor em 2003, depois da ratificação dos 27 países membros. Ele nasce a partir de uma preocupação, que é, o continuado conflitos armados no continente, o que acaba forçando as crianças e mulheres a refugiarem, sem meios de subsistência e sem a dignidade humana. É o órgão responsável pela prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente. Ela representa a materialização do princípio da “não indiferença”, segundo o qual a união africana pode intervir, em situações de genocídio, crimes de guerra ou ameaças graves à paz e à segurança do continente. Essa mudança institucional, mostra uma tentativa de construir uma soberania continental ativa e capaz de enfrentar desafios da segurança com protagonismo africano, mas, a sua eficácia tem sido limitada por fatores estruturais.

A promessa de uma soberania continental capaz de garantir a paz e segurança dos africanos acaba representando contradições.

Tchinhama (2024) observa que, a atuação do CPS na República Democrática do Congo mostra uma grande fragilidade estrutural, que é a falta de mecanismos coercivos eficazes e a dependência de forças externas para mediar conflitos internos. Ele ainda afirma que, esse caso do Congo é emblemático, porque apesar das missões da UA e da ONU, o país continua assolado pelos conflitos armados, deslocamentos forçados e tremendas violações dos direitos humanos.

A República Centro-Africana, também não foge à regra, pois, mesmo com sucessivas intervenções da UA e da CEDEAO, as violências e golpes militares não conseguiram ser contidos. De acordo com o relatório do CPS apresentado na 38ª Sessão Ordinária da União Africana em fevereiro de 2025, em Addis Abeba, a instabilidade persistente nas zonas de conflito mostra uma necessidade de revisão dos mecanismos de resposta rápida e da coordenação entre os Estados membros, a própria UA reconhece que os instrumentos usados não têm sido suficientes para garantir a paz.

O golpe de Estado na Guiné-Bissau em 2012, mostra ainda mais as limitações da CEDEAO como força de estabilização regional, pois apesar da presença dos seus militares (ECOMIB) na missão da Guiné-Bissau, o governo foi destituído e a ordem constitucional foi violada. Khan *et al.* (2019), analisam a intervenção da CEDEAO como simbólica, pois mostrou

a incapacidade de impedir o golpe. Os autores apontam que a segurança regional não pode ser pensada apenas em termos militares, mas sim exige a legitimidade política e participação cidadã.

Apesar dos avanços institucionais, o CPS da UA ainda convive com dependências financeiras externas, nisso podemos ver o caso do seu próprio Fundo de Paz, que segundo o Au Echo 2024, o fundo quase atingiu 400 milhões de dólares em janeiro de 2024, e isso inclui a contribuição dos Estados membros e rendimentos de juros ativos. Já em julho de 2025, a UA comunicou que o portfólio do fundo passou dos 400 milhões, mas quase 19 milhões foram gerados por rendimentos de 2023 e 2024¹.

Já no conselho de administração do fundo, existem dois representantes internacionais, que são a União Europeia e as Nações Unidas, o que mostra a participação de parceiros externos. No orçamento da UA para 2025, verifica-se que 77% do financiamento de certas linhas orçamentárias vêm de parceiros internacionais, esses dados evidenciam que, embora o fundo tenha avançado em institucionalização e captação, a autonomia financeira da UA na área de segurança ainda está ligada às ajudas externas, então essa dependência compromete a soberania africana e limita a eficácia do CPS como instrumento de defesa continental.

Nkrumah (1963), já alertava que a independência política dos Estados africanos seria uma mera ilusão se o continente permanecesse dependente de forças externas para garantir sua segurança. Ainda para Lopes (2020), o CPS mostra esforço de construir um sistema de segurança continental baseado na solidariedade regional e na responsabilidade compartilhada, uma tentativa de garantir que os africanos sejam protagonistas das soluções para os seus próprios problemas.

Porém, como lembra Amin (1973), o enfrentamento dos conflitos africanos requer mais do que instituições formais, ele exige a superação das raízes estruturais da violência, pobreza, marginalização e dependência econômica. Assim, mesmo com os avanços, o CPS ainda enfrenta limitações não só financeiras, mas também políticas, dependendo fortemente de apoio externo, principalmente das nações unidas e da União Europeia.

A sua atuação em crises como as do Sudão, Mali e República Centro Africana, mostram tanto a sua importância quanto os seus desafios. Em diferentes casos, a falta de recurso e de consenso entre os Estados membros, dificultou respostas rápidas e eficazes. Como salienta Fanon (2020), a libertação não é apenas o fim do domínio estrangeiro, mas a conquista da dignidade da ação política e pela determinação. Diante disso, embora o CPS seja um

¹ <https://au.int/en/pressreleases/20240820/african-union-peace-fund-paving-way-strategic-partnerships-towards-peace-and>

instrumento essencial da soberania africana, sua eficácia depende do fortalecimento das capacidades institucionais e dos Estados com a paz e estabilidade.

Assim, o Conselho de Paz e Segurança revela as mesmas limitações estruturais que as outras instituições de UA enfrentam, combinando fragilidades financeiras, dependência de parceiros externos e divergências políticas entre os Estados membros. Ainda que mostre avanços significativos na gestão de crises e na mediação de conflitos, sua capacidade de atuação continua condicionada pela assimetria de poder entre os países africanos e pela influência de financiadores internacionais.

Ao mesmo tempo, o CPS mostra que a construção de uma soberania continental depende não só de instrumentos institucionais, mas da participação efetiva e comprometida dos próprios Estados na agenda de paz, segurança e integração. Dessa maneira, o debate desenvolvido neste capítulo mostra que tanto o pan-africanismo quanto o regionalismo fornecem bases teóricas e políticas que possibilitam entender de que forma a UA, e sobretudo o seu sistema de paz e segurança pode fortalecer a autonomia e amadurecimento da política externa africana, questão central que orienta esta pesquisa.

4 CAPÍTULO 3: O FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO: FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

A consolidação do fundo africano de desenvolvimento (FAD), marcou um passo fundamental, na construção de um modelo africano de financiamento para o desenvolvimento inclusivo. Criado em 1972, o FAD constitui o braço concessionário do BAD, com a missão de apoiar os países africanos de baixa renda, na implementação de políticas de crescimento sustentável. Desde sua criação, ele busca reduzir a dependência das economias africanas de fontes externas e fortalecer a cooperação intra-continental, em consonância com o princípio defendido pela união africana “soluções africanas, para os problemas africanos”.

De acordo com Lopes (2020), a criação de um instrumento financeiro como a FAD representa um interesse coletivo de soberania e de reestruturação da cooperação intra-africana. O autor argumenta que, a descolonização econômica, não pode ser feita com receitas externas. Ela exige apropriação dos instrumentos de desenvolvimento. Diante da permanência de estruturas coloniais de dependência, o FAD aparece como uma resposta institucional africana às assimetrias do sistema financeiro internacional. Nessa mesma linha de pensamento, Adedeji (2008), defende que a constituição de mecanismos próprios de financiamento é parte fundamental do processo de integração econômica continental e da busca por autonomia nas decisões políticas e econômicas. Em sua análise sobre o plano de Lagos, ele propõe uma arquitetura de desenvolvimento, baseada na cooperação regional e na mobilização interna de recursos.

Essa perspectiva também se encontra nas metas da Agenda 2063: A África que queremos, que propõe uma África financeiramente independente, industrializada e integrada. O relatório de resultado da FAD de 2023, mostra que, entre 2020 a 2023, o fundo aprovou mais de 5,4 bilhões de dólares em financiamentos, beneficiando 37 países africanos. Cerca de 30% desses recursos foram destinados a projetos de infraestrutura e energia, 25% a agricultura e segurança alimentar e 18% a governança e fortalecimento institucional. Esses dados mostram a importância do FAD, como principal mecanismo de apoio financeiro aos países mais vulneráveis do continente, desempenhando assim um papel muito estratégico na execução da Agenda 2063 e no avanço de metas regionais de integração produtiva. Murithi (2010), analisa que a UA representa a institucionalização do pan-africanismo como veículo de paz, desenvolvimento e integração.

Essa lógica de solidariedade africana está presente na atuação do FAD, que busca substituir a dependência externa por parcerias produtivas. Dersso (2017), argumenta que o FAD

funciona como uma ponte entre os países mais pobres e os fluxos financeiros continentais, ao mesmo tempo em mantém vínculos obrigatórios com os financiadores internacionais. Em sua obra sobre a arquitetura de paz e segurança da UA, ele destaca que a dependência de financiamento externo continua a limitar a credibilidade e a autonomia da UA em iniciativas de paz e desenvolvimento.

Os recursos do fundo são mobilizados através das contribuições dos países membros e dos outros parceiros externos. No entanto, a maior parte do seu financiamento, ainda provém de países não africanos, como Reino Unido, Japão e França. O relatório de avaliação do FAD de 2021 aponta que cerca de 63% das contribuições vieram de parceiros externos, e só 37% vem dos estados africanos. Diante desse desequilíbrio, Lopes (2020), mostra que a dependência estrutural se produz até mesmo nos instrumentos criados para superá-la.

No plano operacional, o FAD tem impulsionado projetos com impactos diretos nas populações de zonas rurais e urbanas, com ênfase em transição energética, segurança alimentar, inclusão social e resiliência climática. Segundo dados do BAD (2022), mais de 2,3 milhões de pessoas tiveram acesso a energia e 1,8 milhão beneficiaram de sistemas de ligação financiados pelo fundo entre 2015 e 2022. Esses resultados representam tentativas de transformar a base produtiva africana e criar condições para o crescimento endógeno, mesmo com desafios de financiamento e gestão. Por outro lado, os relatórios de monitoramento mostram limitações na sustentabilidade de alguns projetos. Em alguns casos houve atrasos na execução, sobre custos e falhas de coordenação interinstitucional, principalmente em países marcados por instabilidades políticas.

Segundo Adebajo (2008), a eficácia das instituições africanas de financiamento está diretamente relacionada à governança nacional e a capacidade técnica nos estados beneficiários. Essa observação demonstra a necessidade de fortalecer não apenas o financiamento, mas também as capacidades estatais e institucionais que garantem a efetividade das políticas continentais.

Portanto, o FAD expressa tanto o avanço do projeto de autonomia africana quanto os limites estruturais da dependência econômica. Seu papel na promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável é indiscutível, mas sua dependência de financiamentos externos ainda mostra as contradições de um continente que busca afirmar sua soberania financeira em um sistema global desigual. Para alguns pensadores africanos, é uma tremenda contradição construir a unidade africana dependendo continuamente de doadores externos.

Essa dualidade mostra um dilema estrutural da integração africana, a busca pela independência econômica em um cenário global de interdependência financeira e política.

De modo geral, as análises feitas reconhecem que o FAD tem desempenhado um papel crucial na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, mas a concretização de uma verdadeira autonomia financeira africana, depende do aumento das contribuições internas, do fortalecimento da governança e de uma coordenação regional mais eficaz.

Ademais, a libertação nacional é um ato cultural, e isso mostra que as instituições africanas devem refletir nas prioridades que têm que ser definidas pelos próprios africanos. O quadro a seguir mostra alguns exemplos de investimentos realizados pelo FAD no período de 2015 a 2025, destacando países beneficiados, área de aplicação e parceiros externos.

Ano	País	Setor	Valor- USD	Parceiro de Cofinanciamento	Resultados
2015	Etiópia	Energia elétrica	100 milhões	BM- Governo de Noruega	Concluído
2017	Moçambique	Agricultura	50 milhões	FAO; FIDA	Quase concluído (90%)
2018	Serra Leoa	Agricultura	32 milhões	UE; BID	Parcialmente concluído
2019	Níger	Infraestrutura	80 milhões	BM; UE	Execução parcial (80%)
2020	Malawi	Educação e emprego	25 milhões	Unesco- Governo de Japão	Concluído
2021	Guiné-Bissau	Infraestrutura	40 milhões	UE; Cooperação Portuguesa; BAD	Execução interrompida
2022	Tanzânia	Energia renovável	60 milhões	BM; SIDA	Concluído (mas com falta de manutenção)
2023	Senegal	Saúde	55 milhões	OMS; BID	Em andamento 60% concluído
2024	Gana	Indústria	70 milhões	BEI; BAD	Execução em curso
2025	Zâmbia	Agricultura e água	48 milhões	FIDA; PNUD	Em fase Inicial

Fonte: adaptado pelo autor, com base nos dados dos relatórios de avaliação e anuais do Banco Africano do desenvolvimento.

4.1 O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD): SOBERANIA FINANCEIRA E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

O banco africano de desenvolvimento, constitui um dos pilares fundamentais da arquitetura financeira africana. Criado em 1964, o BAD nasceu do desejo coletivo dos estados africanos recém independentes de construir uma instituição capaz de promover o desenvolvimento econômico e o progresso social de forma autônoma e sustentável. Com sede em Abidjan, na Costa do Marfim, o BAD consolidou-se como a principal instituição multilateral de financiamento do continente, articulando projetos, políticas públicas e parcerias voltadas à redução das desigualdades estruturais.

De acordo com o relatório anual do BAD de 2023, a instituição manteve uma carteira ativa de mais de 1200 projetos em 54 países africanos, totalizando 49 bilhões de dólares em financiamento. As áreas de prioridade de investimento entre 2015 a 2025 incluem inovação tecnológica e emprego juvenil 10%, agricultura e segurança alimentar 18%, integração regional e transporte 25%, e infraestrutura e energia 38%. Esses números mostram o papel do BAD como agente impulsionador da Agenda 2063 da UA, que define a industrialização e a integração continental como eixos estratégicos para o desenvolvimento.²

Para Lopes (2020), o BAD deve ser mais do que um canal de crédito, ele deve funcionar como um instrumento de transformação produtiva e de afirmação política africana. Ele afirma que para a África conseguir um desenvolvimento e uma soberania financeira resiliente, ela precisaria de mobilização de capital institucional interno.

Cabral (1976), ao discutir o fundamento da libertação nacional, ele falava que a luta contra o subdesenvolvimento é, antes de tudo, uma luta pela libertação da capacidade criadora do povo. Essa visão dele mostra que o desenvolvimento africano exige instituições que promovam autonomia institucional, intelectual e produtiva.

No contexto de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o BAD tem desempenhado um papel estratégico por meio do Compacto Lusófono, uma iniciativa que tem o objetivo de promover o investimento privado e o financiamento de projetos estruturantes.

Segundo o acordo feito entre o BAD, Portugal e os 6 países africanos da CPLP, o objetivo é alavancar recursos privados e reduzir riscos em projetos de desenvolvimento nos PALOP. Isso representa uma parceria que tenta fortalecer a cooperação Sul-Sul e ampliar a capacidade de financiamento endógeno.

² <https://www.afdb.org/en/annual-report-and-financial-report-2023>

O Grande filósofo moçambicano Ngoenha (1993), a liberdade africana exige instituições que pensem com cabeça africana, e não com receitas importadas. Essa afirmação é muito relevante, visto que o BAD precisa adaptar seus critérios de financiamento às realidades locais e a capacidade institucional dos países menos favorecidos. Ainda nessa linha de pensamento, Negrão (2008), traz uma reflexão ao falar que a elevação sustentável de renda das camadas mais pobres da população rural depende do avanço da agricultura, e isso mostra a necessidade do BAD direcionar também seus investimentos no setor de agricultura para poder promover, a segurança alimentar nos países de baixa renda.

Com isso Santos (2009), ao tratar das epistemologias do Sul ele defende que não há justiça social global sem justiça cognitiva global. Portanto, essa perspectiva reforça a ideia de que o BAD deve trabalhar com base em modelos de desenvolvimento que valorizem e respeitem as especificidades culturais e históricas do continente africano.

A estrutura de capital do BAD ainda mostra a influência de acionistas externos que possuem cerca de 33% do capital, essa dependência parcial mostra um paradoxo recorrente, o banco é africano em sua missão, mas ainda dependente de capital estrangeiro para sustentar parte de suas ações. Essa dependência acaba comprometendo a sua autonomia decisória e a capacidade de priorizar projetos com grandes impactos sociais, principalmente em países com baixa capacidade institucional.

O relatório dos resultados da BAD de 2022 a 2023 mostram uma disparidade na distribuição de recursos, países de renda maior como Egito, Nigéria, África do Sul, Marrocos e Quênia concentram a maior parte dos financiamentos, enquanto economia mais frágeis, como Guiné-Bissau, Sudão do Sul e Moçambique receberam menos de 1% dos empréstimos diretos. Essa desigualdade mostra que o problema do desenvolvimento africano é também político e institucional, pois depende da capacidade dos estados de apresentar e conduzir projetos produtivos com viabilidade técnica e financeira.

No esforço de alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063, o BAD tem priorizado a integração energética e tecnológica do continente. Os relatórios do BAD de 2023, mostram que em 2021 lançou-se o Programa de Integração Energética Africana, destinado à interconexão das redes elétricas regionais, beneficiando mais de trinta milhões de pessoas, principalmente na África ocidental e central. Essas iniciativas mostram a busca do banco por determinar autonomia financeira e desenvolvimento sustentável.

Todavia, as limitações permanecem evidentes, ainda os relatórios apontam que cerca de 25% dos projetos executados entre 2015 a 2021 apresentaram atrasos e falhas de sustentabilidade. O Programa de Reabilitação de Infraestruturas no Chade de 2017 a 2022, por

exemplo, sofreu interrupções causadas por instabilidade política, enquanto o Projeto de Inclusão Financeira e Emprego Jovem em Angola de 2018 a 2023, atingiu apenas 60% das metas propostas. Tudo isso mostra que a força do BAD reside na sua capacidade de criar soluções regionais, mas a sua fraqueza está na sua vulnerabilidade política dos contextos nacionais africanos.

Portanto, o BAD mostra tanto o avanço do projeto de soberania africana quanto os limites estruturais impostos pela dependência externa. Seu papel na promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável é estratégico, mas sua eficácia depende da capacidade dos Estados africanos lusófonos de fortalecer a governança, ampliar a cooperação regional e assumir o protagonismo na definição de seus próprios caminhos econômicos.

4.2 A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO CONTINENTAL AFRICANA (AFCFTA), NO FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA ECONÔMICA AFRICANA

A Área de Livre Comércio Continental Africano, é um dos projetos mais ambiciosos de integração econômica já propostos no continente. Ela foi lançada em 2018 e só entrou em vigor em 2021, a iniciativa tem como objetivo principal ampliar o comércio entre os próprios países africanos, impulsionar a industrialização regional e diminuir a dependência estrutural das economias africanas em relação aos mercados externos. Para a UA, a AFCFTA mostra uma etapa fundamental na concretização da agenda 2063, que expressa o ideal de uma África próspera, integrada e autodeterminada.

Atualmente ela está composta por 54 Estados membros da UA, tornando-a o maior bloco de livre comércio do mundo em número de países. Segundo a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA, 2023), estima-se que o comércio intra-africano possa crescer até 52% até 2035, caso as barreiras tarifárias e não tarifárias sejam efetivamente cortadas. Mais do que uma proposta econômica, a AFCFTA carrega um profundo significado político e simbólico, que é de resgatar o sonho histórico de emancipação econômica que acompanha o continente desde o surgimento do pan-africanismo e das lutas anticoloniais.

Para Lopes (2020), a AFCFTA representa a versão contemporânea do projeto de soberania africana, na medida em que busca reconstruir cadeias produtivas internas e criar novas formas de cooperação entre os países africanos. Ainda para o autor, a autonomia econômica africana não pode nascer da dependência exportadora de matérias primas, mas da capacidade de agregar valor dentro do continente. Mkandawire (2001), também faz a mesma

observação reforçando a ideia de que o regionalismo africano só será transformador se promover a mudança estrutural das economias, e não apenas a abertura comercial.

O principal desafio desse projeto é transformar a integração formal em integração produtiva, pois, a maior parte dos países africanos, ainda dependem de exportações de baixo valor agregado centradas em commodities, o que acaba limitando os ganhos de escala e o desenvolvimento industrial.

Os dados do BAD (2023), mostram que, cerca de 75% das exportações do continente ainda são destinados ao mercado externo, principalmente União Europeia e China. Isso mostra que mesmo com os avanços institucionais, a estrutura produtiva africana continua presa a um modelo voltado para fora. Além disso, ainda persistem entraves ligados à infraestrutura, o que também dificulta o comércio entre os próprios países africanos, em muitos casos o custo do transporte de mercadorias dentro do continente é mais alto do que das rotas entre a África e Europa.

Entretanto, a UA criou o Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura na África, para poder enfrentar esses desafios, esse programa tem como objetivo melhorar as ligações entre as regiões. Mas embora com os avanços, o projeto ainda continua limitado por questões financeiras, o que de certa forma acaba comprometendo a sua eficácia prática.

Outros desafios são as desigualdades entre as economias, os países mais industrializados tendem a beneficiar mais rápido do que as das estruturas produtivas mais frágeis. Essas desigualdades estruturais entre os países africanos são evidenciadas em relatórios da Comissão da UA e da OCDE, no “Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2023”, há dados que mostram que apenas alguns países concentram grande parte da produção industrial e das cadeias de valor regional³. Já o relatório de BAD de 2023, mostra que o crescimento projetado para 2024 e 2025 pode beneficiar mais rapidamente os países com economias mais diversificadas, enquanto que países menos industrializados vão ter que enfrentar dificuldades para atrair investimentos e competir internamente.

Além disso, dados do BM destacam a necessidade de um crescimento mais equilibrado e equitativo na África subsaariana se quiser diminuir as significativas desigualdades socioeconômicas entre países⁴. Com isso, sem políticas destinadas a apoios de Estados mais frágeis produtivamente, a AFCFTA corre risco de reproduzir as desigualdades regionais que já existiam. Amin (1973), afirma que qualquer projeto de integração africana que ignore as

³ https://www.oecd.org/pt/publications/dinamicas-do-desenvolvimento-em-africa-2023_e1d17595-pt.html?utm

⁴ <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2024/04/08/african-afe-afw-economies-projected-to-grow-in-2024-but-faster-and-more-equitable-growth-needed-to-reduce-poverty>

desigualdades internas corre o risco de substituir apenas o centro colonial por um novo centro regional. Então para ele, a integração só teria sentido de emancipação se vir acompanhada de uma estratégia de desenvolvimento autônomo, baseada na soberania produtiva, industrialização endógena e na solidariedade continental. Essa crítica continua atual, sobretudo diante das dificuldades que o projeto encontra para se consolidar como instrumento de libertação econômica e não só de abertura comercial.

Em relação a parte política, a AFCFTA também mostra o esforço de unir as vozes africanas no cenário internacional, ao consolidar o mercado comum, a UA pretende abrir o poder de negociação do continente em fóruns internacionais, como a Organização Mundial do Comércio. Essa dimensão estratégica é lembrada por Mazrui (1995), ao alegar que a verdadeira independência do continente não será alcançada só pelo hino e pela bandeira, mas pela capacidade de decidir sobre o seu destino econômico.

Para Khan (2019), se não houver políticas de inclusão social, incentivos às pequenas e médias empresas e participação cidadã nas decisões econômicas, existe um risco de integração africana se tornar num projeto de elites políticas e econômicas.

Outro ponto sensível é a fraca inclusão digital entre a população africana, que pode refletir tanto a falta de investimento tecnológico das empresas como desigualdades no acesso. Segundo dados de QOG (variável da internet), a percentagem da população que usa internet na África ainda é relativamente baixa, o que limita o mercado interno digital.

Conforme o BM, apenas cerca de 36% da população africana tinha acesso à internet de banda larga em 2022, e o custo de 1GB de dados caiu, mas ainda representa uma parcela significativa de rendas nas economias mais pobres⁵. Então, esses fatores indicam que, apesar das empresas estejam presentes nas plataformas digitais, a grande parte da população fica à margem, os dados da UNECA (2023), mostram que só 35% das médias empresas africanas estão presentes nas plataformas digitais do comércio, o que pode aprofundar as desigualdades econômicas também se não houver políticas efetivas de inclusão digital. Portanto, é essencial entender que a AFCFTA passa da dimensão econômica, ela representa também a materialização do ideal pan-africanista de solidariedade e unidade continental.

Alguns intelectuais africanos como, Cabral, Nyerere e Nkrumah já afirmavam que a libertação do continente africano precisava passar também pela integração econômica e cultural. Como defendia Cabral (1976), a libertação nacional não acaba na independência

⁵ <https://projects.worldbank.org/en/results/2023/06/27/from-connectivity-to-services-digital-transformation-in-africa>

política, mas sim, ela exige o domínio dos mecanismos econômicos e culturais. Nessa ótica, a AFCFTA pode ser compreendida como uma tentativa de construção da soberania coletiva.

Por fim, a concretização desse projeto vai depender da capacidade dos Estados africanos em transformar os compromissos institucionais em resultados práticos que são, por exemplo, expandir o comércio regional, diversificar produção e investir na infraestrutura para poder garantir o crescimento econômico e bem-estar social. Caso contrário, o projeto corre riscos de continuar com a formalidade, sem forças para mudar as bases da dependência econômica que ainda caracteriza o continente.

A análise do FAD, do BAD e da AFCFTA mostra que os mecanismos econômicos regionais constituem uma dimensão essencial para compreender a busca africana por autonomia na política externa, questão central desta pesquisa. Se nos capítulos anteriores foram discutidas as instituições políticas da UA, como o Parlamento Pan-Africano e o Conselho de Paz e Segurança, aqui evidenciou-se que a autonomia política depende diretamente da autonomia financeira. Sem capacidade própria de financiamento, as decisões externas dos Estados africanos permanecem vulneráveis às pressões de doadores internacionais, o que limita sua margem de ação no sistema internacional. O FAD e o BAD, apesar de estruturarem uma arquitetura africana de financiamento, ainda operam sob forte dependência de contribuições externas, o que mostra a contradição entre o ideal pan-africanista de soberania e a realidade econômica do continente.

Ao mesmo tempo, a AFCFTA revela um esforço contemporâneo de reconstruir as bases materiais da autonomia africana, buscando fortalecer o mercado interno, ampliar o comércio intra-regional e industrializar o continente. Porém, suas limitações, desigualdade estrutural entre as economias africanas, fragilidade produtiva, falta de infraestrutura e baixa capacidade tecnológica mostram que a integração econômica ainda não se traduz plenamente na autonomia diplomática.

Assim, ao retomar a pergunta de pesquisa, vê-se que os mecanismos disponíveis para autonomia da política externa africana existem, estão formalizados, e avançaram, de maneira significativa nas últimas décadas. Contudo, o desafio está em tornar essas instituições mais eficazes, reduzir a dependência externa e fortalecer capacidades internas financeiras, produtivas e tecnológicas para que a política externa africana possa de fato refletir decisões tomadas a partir de prioridades africanas e não condicionadas a pressões externas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa conseguiu nos mostrar que o regionalismo africano e lutas pan-africanistas não são só conceitos teóricos ou movimentos históricos isolados. Eles funcionam como pilares centrais que sustentam a busca contemporânea dos Estados africanos por maior autonomia política, diplomática e econômica. Apesar das profundas marcas deixadas pelo colonialismo e relações de dependência que se mantiveram ao longo do século XX, o pan-africanismo e as instituições regionais foram capazes de criar espaços de resistência, articular e construção de estratégias coletivas. Esses elementos transformam a forma como o continente africano se insere no sistema internacional. Assim, os resultados alcançados ao longo deste estudo permitem responder à pergunta que orientou a pesquisa.

Primeiramente, verificou-se que o pan-africanismo ultrapassou a condição de mero movimento intelectual ou cultural, ele tornou-se a base filosófica das lutas de libertação nacional e um eixo orientador para a construção de instituições africanas no período pós-independência. A análise histórica mostrou que o pan-africanismo forneceu referências simbólicas e políticas para afirmação de uma identidade coletiva africana e para a ideia de que a emancipação do continente deveria ser alcançada por meio da união e da solidariedade entre os seus povos. Na prática, isso significou uma mudança crucial na política externa africana, que passou a reivindicar reconhecimento, autonomia e participação real nos debates internacionais, acabando com a visão eurocêntrica que reduzia o protagonismo do continente.

Da mesma forma, o regionalismo africano desde a fundação da Organização da Unidade Africana, até a consolidação da União Africana, ele assumiu um papel estratégico na articulação de posições políticas conjuntas. O processo de transição da OUA para UA ampliou as capacidades institucionais do continente, flexibilizou o tradicional princípio de não intervenção e promoveu o aparecimento de instituições importantes, como Parlamento Pan-Africano, Conselho de Paz e Segurança, e instituições financeiras também. As análises feitas no capítulo 2, mostram que tais estruturas fortalecem a capacidade dos Estados membros atuarem de forma integrada, oferecendo mecanismos para enfrentar desafios internos como conflitos armados, instabilidade política, desigualdades estruturais e dependência externa.

Ao longo da pesquisa, ficou claro que a política externa africana ainda é atravessada por desafios herdados do período colonial e pelas dinâmicas de marginalização impostas pelo sistema internacional. Entretanto, os resultados mostram que o regionalismo e o pan-africanismo funcionam como caminhos fundamentais para superar essas limitações. As organizações regionais criaram espaços para tomadas de decisões próprias, nos quais os Estados

africanos discutem seus problemas sob uma perspectiva continental, embora esse processo ainda seja gradual, enfrentando obstáculos, ele ainda mostra avanços importantes em direção a uma soberania mais coletiva.

No último capítulo, a pesquisa voltou para a dimensão econômica da integração africana, que aparece como um fator decisivo para o fortalecimento da política externa. As análises feitas a FAD e BAD mostraram que, apesar da dependência externa, essas instituições desempenham funções importantes no financiamento de iniciativas estruturantes. Seus projetos têm um papel muito relevante no desenvolvimento das áreas como infraestrutura, inclusão social, agricultura e outros. Esses elementos reforçam a tese de que não existe a soberania diplomática sem autonomia econômica, e que o fortalecimento das instituições financeiras africanas é parte central da estratégia de redução da dependência.

Outro ponto chave foi a discussão sobre a Área de Livre Comércio Continental Africana, que representa uma das iniciativas mais ambiciosas do continente no sentido de aprofundar a integração econômica. A AFCFTA busca superar a fragmentação histórica das economias africanas, estimular o comércio intra-regional e reposicionar o continente no cenário comercial internacional. Contudo ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e dependência de exportações primárias, ela constitui um marco importante na construção de uma política externa africana mais forte e articulada. A AFCFTA sintetiza de modo contemporâneo, a visão pan-africanista de desenvolvimento e afirmação coletiva.

Diante de todos esses elementos, é possível concluir que o regionalismo e o pan-africanismo contribuem de forma significativa para o fortalecimento da política externa africana. Eles oferecem bases históricas, teóricas e institucionais que sustentam a construção de uma soberania compartilhada. Por outro lado, o regionalismo fornece os mecanismos concretos de ação, o pan-africanismo oferece o alicerce filosófico que busca por autonomia, emancipação e autodeterminação.

Entretanto, a pesquisa também mostrou que o fortalecimento da política externa africana depende de combinação de fatores como, instituições regionais mais robustas, integração econômica ampliada, políticas sociais e de segurança mais consistente e principalmente, a participação ativa da diáspora africana na circulação de ideias, recursos e articulações políticas. Esse conjunto de elementos evidencia que o continente africano caminha para um novo ciclo de afirmação internacional. Apesar das contradições e dos limites estruturais ainda presentes, há um movimento crescente de construção de soluções africanas para desafios africanos.

Portanto, reafirma-se que o regionalismo e o pan-africanismo continuam sendo referências essenciais para pensar o futuro da política externa africana. Ambos funcionam como

estratégias para que o continente avance na direção de uma atuação mais soberana, integrada e protagonista no cenário internacional. Por fim, os avanços discutidos ao longo dos capítulos mostram que, mesmo diante das dificuldades, há um esforço contínuo em consolidar a emancipação africana como um processo coletivo, sustentado pela cooperação, pela solidariedade e pelo legado histórico das lutas pan-africanas.

REFERÊNCIAS

- ADEBAJO, Adekeye. **The peacekeeping of the AU and the Regional Economic Communities.** In: AKOKPARI, John; NDINGA-MUVUMBA, Angela & MURITHI, Tim (eds). *The African Union and its institutions.* Auckland Park: Jacana MEDIA, 2008.
- Adejumobi, Said. 2001. “**Cidadania, direitos e o problema dos conflitos e guerras civis na África.**” *Human Rights Quarterly* 23(1): 148-170.
- AFREXIMBANK. **Relatório sobre o Comércio Africano 2024.** Cairo: Banco Africano de Exportação e Importação, 2024. <https://www.afreximbank.com/reports/afreximbank-annual-report-2024/>
- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.
- ASSIS, Caroline Chagas de; RIBEIRO, Renata Albuquerque; GARCIA, Ana Saggiaro. **Integração regional africana: panorama, avanços e desafios.** 2022.
- BACH, Daniel C. **Regionalismo na África: repensando as instituições africanas.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 17-29, jul./dez. 2008.
- BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD). **Relatório anual 2023.** Abidjan. <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/relatorio-anual-de-2023-do-grupo-banco-africano-de-desenvolvimento-execucao-eficaz-operacoes-e-inovacao-criam-resiliencia-e-recuperacao-para-os-seus-membros-africanos-apos-covid-19-72559>
- BARBOSA, Muryatan Santana. **Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida.** *Rev. Carta Inter Belo Horizonte*, v. 11, n. 1, 2016, p. 144- 162. 2016.
- BRICEÑO-RUIZ, José. **A integração regional no Sul Global: debates e experiências.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BUNCHE, Ralph. **A World View of Race.** Port Washington, NY: Kennikat Press, 1950.
- CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria.** Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1: Unidade e luta.
- CARDOSO, Carlos; SILVA, Teresa Cruz e. (orgs.). **Construindo a paz em África.** Maputo: CODESRIA, 2005.
- CARLOS, Antonio Gil. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa.** 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas. 2002.
- CARR, E.H. **A crise das relações internacionais, 1919-1939: Introdução ao estudo das relações internacionais.** Tradução de Carlos A. C. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CAVALLER GUZZI, A., Laurindo Tchinhama; GALDINO, Carolina. (2024). **A construção da Paz na África : a União Africana e processo de resolução de conflito na República Democrática do Congo.** *Conjuntura Austral*, 15(71), 62–75. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.140758>

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works: Disorder as Political Instrument**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

CISSÉ, Mamadú; DE AQUINO ALVES, Joyce Amâncio. **O legado dos pan-africanismos na União Africana: breves reflexões sobre desafios e perspectivas para os estados africanos**. AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v. 5, n. 5, 2021.

CLAUDE, Ake. **Democracy and Development in Africa**. Washington, D.C. 1996.

CRESWELL, John W. **Procedimentos qualitativos, In PROJETO DE PESQUISA: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Luciana de Oliveira da Rocha (tradução). 2 ed. Artmed: Porto Alegre, 2007. pp. 184-201.

CULLORS, Patrisse. **Quando me chamares de terrorista: A memória de um movimento Black Lives Matter**. Tradução de Roberta A. Santos. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

DERSSO, Solomon A.. **Peacekeeping Contributor Profile: Ethiopia. Providing for Peacekeeping**, 2017. Disponível em:
<http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-ethiopia/>

DIALLO, Alfa Oumar. **Integração Africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana**. 2005. <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/8798>

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. Tradução de Caio Simões de Araújo. São Paulo: Martim Claret, 2022.

DU BOIS, W.E.B. **The Negro**. New York: Henry Holt and Company, 1915.

EUZEBIO, Douglas Fabian Silva. **A integração regional na América Latina à luz da teoria construtivista: entre o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal**. Porto Alegre: UFRG, 2016.

FAGBAYIBO, Babatunde. **Between African communalism and the UN Responsibility to Protect doctrine: towards a functional African regionalism**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 61, n. 1, p. 1-15, 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (FAD). Relatório de avaliação 2021. <https://www.afdb.org/en>

GILROY, P. (1993). **The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

HAFFNER, J. A. H. VIANA, G. E. S. (2013). **União Africana: desafios e oportunidades do bloco**. *Conjuntura Austral*, 4(20), 69–94. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.38134>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Fredrik. **O novo regionalismo na África**. In: HURRELL, Andrew et al. *A política global do regionalismo: teoria e prática*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 121-154.

HURRELL, Andrew. **A ordem internacional contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do regionalismo na política mundial**. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-59, jan./jun. 1995.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR., Joseph S. **Power and interdependence**. 2nd ed Glenview: Scott Foresman, c1989. 315p.

KHAN, S., MARTINS, B. S.; CARDINA, M. (2019). **Memórias da Violência Colonial: reconhecimentos do passado e lutas pelo futuro**. *Estudos Ibero-Americanos*, 45(2), 1–3. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.2.33814>

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LOPES, Carlos. **África em transformação: desenvolvimento econômico em tempos de incerteza**. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

LOPES, Carlos. **Soberania Financeira de África: mobilizar capital institucional para o desenvolvimento e a resiliência**. Banco Africano de Desenvolvimento. 2020. <https://afdb.africa-newsroom.com>

MARTIN, Guy. **África na política internacional: uma perspectiva pan-africana**. In: VISENTINI, Paulo Fagundes et al. *A África na política internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. p. 223-243.

MATTLI, Walter. **A lógica da integração regional: Europa e além**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

MAZRUI, A. Ali; AJAYI, J. F. A. de. **Tendências da filosofia e da ciência na África**. In: MAZRUI, Ali. A. (ed.). *HGA, Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.761-815.

MAZRUI, Ali A. **The Africans: A Triple Heritage**. Boston: Little, Brown and Company, 1986.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Da pós-colônia: Ensaio sobre o imaginário político na África contemporânea**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Editora UFMG, 2007.

MBEMBE, Achille. Da pós-colônia: ensaio sobre o imaginário político na África contemporânea. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Editora UFMG, 2003.

MESQUITA, Rafael. **Regionalismo, integração Regional e às Relações Internacionais: uma introdução teórica**. Paraíba: Revista de Estudos Internacionais (REI), Vol. 10 (1), 2019.

MKANDAWIRE, Thandika. **Thinking about Developmental States**. Cambridge Journal of Economics, v. 25, n. 3, p. 289-313, 2001.

MURITHI, Tim. **The African Union as an International Actor**. In: MANGALA, Jack (ed.). Africa and the New World Era: from humanitarianism to a strategic view. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p.193-205.

NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades**. Maputo: Edições Paulistas – África, 1993.

NKRUMAH, Kwame. **África deve unir-se**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1963.

OBSERVATÓRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES [ORE] (2010). "A "arquitetura" de Paz e Segurança em África" .2015.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. **O Conselho de Paz e Segurança da União Africana**. Universidade do Minho, 2024. p. 222–250.
<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.135.10>

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil Atlântico: política externa do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 55, n. 1, p. 160-176, 2012.

SECRETARIADO DA AfCFTA. **Relatório Anual de Implementação 2024**.
<https://au.int/en/african-continental-free-trade-area>

SHIVA, Vandana. **Staying Alive: Women, Ecology and Development**. London: Zed Books, 1988.

SÖDERBAUM, Fredrik. **Explorando o regionalismo na África: desafios e perspectivas**. In: CELESTE, Helena; BARROS, Cláudia (org.). Regionalismo e relações internacionais. Rio de Janeiro: Apicuri, 2004. p. 95-116.

UNECA-Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. **Índice de Integração Regional Africana**. [https://portal.africa-union.org/DVD/Documents/DOC-AU-WD/MYCM%20AU%203%20\(V\)%20_P.pdf](https://portal.africa-union.org/DVD/Documents/DOC-AU-WD/MYCM%20AU%203%20(V)%20_P.pdf)

UNIÃO AFRICANA (UA). **Agenda 2063: A África que queremos.**
<https://au.int/en/agenda2063/overview>

UNIÃO AFRICANA. Agenda 2063: **Relatório de Implementação 2023.**
[https://portal.africa-union.org/DVD/Documents/DOC-AU-WD/EX%20CL%20868%20\(XXVI\)%20_P.pdf](https://portal.africa-union.org/DVD/Documents/DOC-AU-WD/EX%20CL%20868%20(XXVI)%20_P.pdf)

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial.** Curitiba: Juruá, 2010.